

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

04 DE JANEIRO DE 2010

2.^a REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 – AJURAMENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS QUE PRESTAM APOIO À COMISSÃO;*
- 2 – VERIFICAÇÃO DAS DECLARAÇÕES FORMAIS DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES EM RELAÇÃO AO OBJECTO DO INQUÉRITO (ARTIGO 6.º, N.º 6, DO RJIP);*
- 3 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA COMISSÃO;*
- 4 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DOS REQUERIMENTOS APRESENTADOS;*
- 5 – CALENDARIZAÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO;*
- 6 – NOMEAÇÃO DO RELATOR/GRUPO DE TRABALHO.*

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 17 horas e 46 minutos.

Srs. Deputados, de acordo com a ordem de trabalhos enviada a todos os membros desta Comissão, o primeiro ponto consiste na ajuramentação dos funcionários que vão dar apoio a esta Comissão eventual de inquérito.

Como é da praxe, vou ler o termo de juramento e, no fim, os funcionários irão assiná-lo.

O termo de juramento é do seguinte teor:

«Aos quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, numa das salas do Palácio de São Bento, onde se encontrava reunida a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Actuação do Governo em Relação à Fundação para as Comunicações Móveis, sob a presidência do Sr. Deputado Miguel Macedo, compareceram a Assessora Principal Ana Virgínia Fraga de Azeredo Coutinho, o Técnico Superior Principal João Nuno de Melo Cardoso Amaral, o Técnico Especialista António Carlos da Silva Pereira, a Adjunta Especialista Principal Elisabete Pereira, a Assessora Principal Maria Leonor Fontoura, as Assessoras Rosa Maria Oliveira, Margarida Sofia Romão de V. C. Ascensão, Vera Maria Andrade e Maria Emília Mendes Ribeiro, o Assessor José Mendes Marques, os Técnicos Superiores Principais Maria Jorge Nunes de Carvalho, Maria Teresa da Silva Carvalho, Sónia Cristina Godinho Milhano, Elisabete Maria da Cruz Silva, Maria do Rosário Tavares, Maria Teresa Dias Coelho e Maria Emília Azevedo Machado, a Adjunta Parlamentar Especialista Carla Cristina Gomes Rodrigues, o Adjunto Parlamentar de 1.^a Classe Miguel António de Campos Caria, o Secretário Parlamentar

Especialista Idalécio José dos Santos Martins, a Encarregada do Parque Reprográfico Maria de Fátima de Almeida Lourenço da Silva Mendes, os Operadores de Reprografia e *Offset* Paulo Jorge Lemos de Jesus, José António Brandão Franco, Alice da Glória Reis Esteves e Carlos Alberto Martins da Silva, as Auxiliares Parlamentares Maria dos Prazeres Guerreiro de Brito Correia, Maria João de Jesus Alves da Costa e Paula Cristina Garcia dos Santos e o Auxiliar Parlamentar Ricardo Manuel Oliveira Gonçalves que juraram, pela sua honra, respeitar a confidencialidade absoluta e o segredo de justiça, respeitante a todos os actos do processo de inquérito a que a Comissão está a proceder.

E para constar se lavrou o presente termo de juramento, que vai ser devidamente assinado pela Presidente da Comissão e pelos demais intervenientes.»

Peço, agora, aos Srs. Funcionários presentes, porque alguns não se encontram presentes, para assinarem o termo de ajuramentação, que, no final, também assinarei, ficando, assim, cumprido um dos preceitos legais para o início de funções desta Comissão.

Enquanto se processa esta diligência, necessária nos termos da lei, passo ao segundo ponto da nossa ordem de trabalhos, que tem a ver com a verificação das declarações formais de inexistência de conflito de interesses em relação ao objecto do inquérito.

Suponho que todos os Srs. Deputados já entregaram esta declaração, porque, sublinho, nos termos da lei, enquanto ela não for assinada a posse não estará completa. Portanto, peço aos serviços que distribuam o impresso pelos Srs. Deputados que ainda não apresentaram a declaração, para que o assinem e o entreguem à Comissão.

Enquanto se vai processando estas diligências, passamos ao terceiro ponto da nossa ordem de trabalhos, que é o da discussão e aprovação do regulamento da Comissão.

Srs. Deputados, os serviços enviaram, na passada segunda-feira, a todos os Srs. Deputados o projecto de regulamento da Comissão, tal como tinha ficado acertado entre todos na primeira reunião. Este projecto de regulamento segue muito de perto o Regulamento da Comissão de inquérito relativa ao BPN.

Ora, como todos os Srs. Deputados tiveram oportunidade de ver o projecto de regulamento, pergunto se há alguma questão a colocar.

Pausa.

Como não há pedidos de palavras, passamos à votação do mesmo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos, agora, ao quarto ponto da ordem de trabalhos: discussão e aprovação dos requerimentos apresentados.

Na semana passada, foram distribuídos três requerimentos, dois apresentados pelo PSD e um pelo BE, e, hoje, foram distribuídos três requerimentos, dois apresentados pelo PCP e um pelo PSD. Porém, verifiquei que alguns dos requerimentos apresentados são coincidentes, ou mais ou menos coincidentes. Ora, para haver alguma economia processual, para não estarmos a proceder a votações redundantes, suponho que o mais correcto será votarmos os requerimentos pela ordem de entrada.

Assim, o primeiro requerimento a ser apresentado é do PSD — deu entrada na semana passada e já foi distribuído pela Comissão —, subscrito pelo Sr. Deputado Jorge Costa, e solicita um conjunto de audições a várias individualidades, designadamente: ao Presidente do Conselho de Administração da Fundação para as Comunicações Móveis (FCM), Dr. Mário João da Silva Franco Alberto de Carvalho; ao Professor Diogo Freitas do Amaral; ao ex-Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Eng.º Mário Lino; ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Dr. António Mendonça; ao Vogal do Conselho de Administração da FCM, Daniel Oleirinha Adrião; ao Vogal do Conselho Geral da FCM em representação da TMN, Inês Patrícia Arêde Simões Louro; ao Vogal do Conselho Geral da FCM em representação da Vodafone Portugal, Carlos Miguel Marques Correia; ao vogal do Conselho Geral da FCM em representação da Sonaecom, Paulo Jorge Henriques Pereira; ao Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas, Embaixador Pedro Catarino; ao Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, Dr. Paulo Campos; ao Presidente da Microsoft Portugal; ao Presidente do Conselho de Administração da JP Sá Couto; ao Gerente de Desenvolvimento de Negócios em Portugal da Intel, Nuno Martins; ao Presidente do Conselho Geral da FCM em representação do Estado, Pedro Manuel Guerreiro da Silva Costa; ao Vogal do Conselho Geral da FCM em representação do Estado, Isabel Maria Eufrásio Nisa Malaquias; ao Vogal do Conselho Geral da FCM em representação do Estado, Maria Isabel Rodrigues Madeira da Silva Ressurreição; ao Representante do operador de comunicações Vodafone Portugal; ao Representante do operador de comunicações TMN; e ao Representante do operador de comunicações Sonaecom.

Srs. Deputados, estou a ler os requerimentos para que constem da acta.

O segundo requerimento foi apresentado pelo BE e pretende a convocação, para prestar depoimentos, do Presidente do GT-UMTS, criado em 2006, do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XVII Governo Constitucional, Eng.º Mário Lino (audição também pedida pelo PSD), e do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações do XVIII Governo Constitucional, Dr. Paulo Campos.

Portanto, em relação a este requerimento, a única audição pedida que não coincide com o requerimento do PSD é a do Presidente do Grupo de Trabalho UMTS.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, se calhar, trata-se da mesma pessoa que identificamos como Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas. Não é a esta pessoa que o BE se quer referir?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, existe o Grupo de Trabalho UMTS que é composto por diversas entidades, cuja presidência está a cargo da ANACOM, que foi criado em 2006 por despacho do governo da altura e que veio substituir um outro grupo de trabalho que tinha sido criado em 2003.

Um dos pontos que queremos esclarecer é o acompanhamento das contrapartidas, o que vai na mesma lógica do vosso requerimento, mas, Sr. Deputado, parece-me que são pessoas e entidades diferentes.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Parece-me que não. Acho que só há esta entidade.

De qualquer forma, isto pode confirmar-se com o despacho de nomeação, que não tenho aqui comigo. Pode ver-se se no despacho se define

claramente a Comissão Permanente de Contrapartidas... Nada temos a opor, mas se se trata da mesma pessoa, é evidente que há uma duplicação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, em relação a esta questão, também estamos inclinados a considerar que poderá tratar-se de pessoas diferentes.

Efectivamente, há um grupo de trabalho, como já foi explicado, que sucede a um outro, inicial, no âmbito do concurso público para o lançamento das licenças para os operadores de telemóveis de terceira geração.

Se o Bloco de Esquerda estiver de acordo, sugiro que se contemple a audição do responsável do Grupo de Trabalho criado em 2006, tal como está no requerimento apresentado pelo BE, e também a audição do responsável do Grupo de Trabalho inicial, de 2002 ou 2003, não tenho bem a certeza, porque pode ter a ver com a negociação das tais contrapartidas no âmbito desse concurso.

No entanto, para garantir o rigor e a definição mais correcta, quer num caso quer no outro, de facto, nada como consultar os despachos de nomeação, quer do primeiro grupo de trabalho quer deste, de 2006.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Sr. Presidente, estou de acordo com aquilo que o Sr. Deputado Bruno Dias agora aqui referiu, mas parece-me que, para o bom andamento dos trabalhos, se deveria indicar os titulares dos cargos que pretendemos que sejam ouvidos.

Estou de acordo em que sejam ouvidos, até voto a favor. Porém, não me parece boa prática estarmos a indicar que queremos ouvir o representante do grupo tal e tal. Não sei o que é isso...!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ramos Preto, a minha ideia é, até para constar da acta, dar conhecimento aos Srs. Deputados do conjunto de requerimentos, que já deram entrada na Comissão, a solicitar audições e documentos, e era isto o que eu estava a fazer. No entanto, como muitos destes requerimentos são idênticos, requerem exactamente a mesma coisa, vamos ter de fazer uma forma de votação expedita.

Já dei conhecimento de dois requerimentos entrados na última reunião da Comissão, o primeiro do PSD e o segundo do BE, e hoje já foram distribuídos mais dois requerimentos que deram entrada na mesa... Acabam de dar entrada na Comissão mais três requerimentos, sendo um do PS, um do CDS-PP e um do BE.

O requerimento do PCP, que hoje já foi distribuído pelos Srs. Deputados, solicita a audição do ex-Coordenador do Plano Tecnológico Carlos Zorrinho, do ex-Chefe do Gabinete e Coordenador Adjunto para o Plano Tecnológico Rui Grilo, da ex-Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues, do ex-Secretário de Estado Adjunto e da Educação Jorge Pedreira, do ex-Responsável do Plano Tecnológico da Educação João Trocado da Mata, do ex-Gestor da Equipa de Missão Computadores, Redes e *Internet* na Escola João José Correia de Freitas, do Chefe da Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas/Plano Tecnológico da Educação José Vítor Pedroso, do Presidente do Conselho de Administração da TMN Zeinal Bava, do Vogal do Conselho de Administração da TMN Luís Avelar, do Presidente do Conselho de Administração da Vodafone Portugal António Carrapatoso, do Administrador

Executivo da Vodafone Portugal António Coimbra, do Director de Regulação e Relações com Operações da Vodafone Portugal Carlos Correia, do Presidente Executivo da Sonaecom Ângelo dos Santos Paupério, do Presidente da Prológica, SGPS Luís Cabrita, do Director-Geral da Cisco Systems Portugal Carlos Brazão, do ex-Director-Geral da Microsoft Portugal João Paulo Girbal, do ex-Director-Geral da Microsoft Portugal Nuno Duarte e da Directora-Geral da Microsoft Portugal Cláudia Goya.

O segundo requerimento do PSD, entrado e distribuído hoje, pede a audição do Secretário de Estado da Educação e anterior responsável pelo Plano Tecnológico Dr. João Trocado da Mata, do representante da Caixa Mágica, do Director-Geral da Toshiba João Amaral e do Director-Geral da Prológica Luís Cabrita.

O requerimento do Partido Socialista acaba de dar entrada na mesa — e peço aos serviços para procederem à sua distribuição pelos Srs. Deputados — e solicita a audição do Sr. Mário João da Silva Franco Alberto de Carvalho (Presidente do Conselho de Administração da Fundação para as Comunicações Móveis), do Eng.º Mário Lino (ex-Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações) e do Dr. Paulo Campos (Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações do XVIII Governo Constitucional).

O requerimento do CDS pede as audições do representante da empresa Vodafone na Fundação para as Comunicações Móveis, do Presidente da empresa Sonaecom, do Professor Eduardo Cardadeiro (Administrador da ANACOM), do Presidente da empresa Youtsu, dos fornecedores de computadores para o programa e.escolas e do representante, em Portugal, da empresa Acer.

O requerimento do Bloco de Esquerda pede que sejam disponibilizados os relatórios de acompanhamento realizados pelos Grupos de Trabalho UMTS (GT-UMTS), desde a criação do primeiro destes grupos, em 2001 (pede, portanto, documentos).

Como é patente para todos, temos aqui um conjunto de muitas solicitações para muitas audições. Muitas delas são repetidas, mas é fácil fazermos aqui o cotejo daquelas que todos pedem, pelo que, em relação a essas, está tomada a decisão por parte desta Comissão.

Estou a dizer de memória, mas os representantes ou presidentes dos três operadores, TMN, Optimus/Sonaecom e Vodafone constam de todos os pedidos (excepto no do Partido Socialista); o Dr. Paulo Campos e o ex-Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações Mário Lino, também constam, assim como o Presidente do Conselho de Administração da Fundação para as Comunicações Móveis.

Assim, vamos eliminando os nomes, em termos de votação. Portanto, a audição do ex-Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações Mário Lino, do Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações Paulo Campos e do Presidente do Conselho de Administração da Fundação para as Comunicações Móveis constam de todos os requerimentos. Assim, penso que podemos votar já estas audições.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Srs. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, não é para atrasar a votação dessas três propostas em concreto, mas gostava de sugerir a V. Ex.^a uma

metodologia talvez mais abrangente, que, se calhar, pode ter a vantagem de ser mais rápida, embora, à primeira vista, possa não parecê-lo.

Pela parte do PCP, e em relação a todos os nomes apresentados, quero, desde já, dizer — e pode ser que isto ajude — que estamos de acordo com todas as propostas apresentadas. Isto, pela nossa parte, é um avanço; vamos ver o que os outros Srs. Deputados têm a dizer neste sentido.

Em todo o caso, gostava de chamar a atenção para duas coisas e fazer um alerta no final. Primeiro, começo por dar uma explicação, que, penso, tem cabimento: na nossa proposta de audições procurámos — e acho que assim fizemos — não repetir nomes que tivessem sido apresentados nos requerimentos que deram entrada na reunião da tomada de posse desta Comissão. Ou seja, estamos evidentemente de acordo em que sejam ouvidos, por exemplo, o Dr. Mário Franco e o Eng.º Mário Lino, entre outros nomes que o Sr. Presidente acabou de citar. Mas, para economia de tempo, de espaço e de trabalho, demos por assumidos esses nomes apresentados na reunião da tomada de posse, não quisemos repeti-los e apresentámos um conjunto de outras entidades que considerámos igualmente importantes para serem ouvidas.

Em segundo lugar, relativamente à proposta que resulta do cruzamento dos vários requerimentos, isto é relativamente simples, porque, à partida, estaríamos todos de acordo. E naqueles casos em que o PCP não apresenta a proposta, já adiantei a razão.

Gostaria ainda de chamar a atenção para o seguinte: o Sr. Presidente referiu o requerimento do Bloco de Esquerda relativo ao pedido de documentação (se bem entendi, foi esta a referência que fez do requerimento que deu agora entrada por parte do Bloco de Esquerda, com o qual posso, desde já, dizer que também estamos de acordo)...

O Sr. **Presidente**: — Não, não, também fiz referência ao primeiro requerimento do Bloco de Esquerda, que foi entregue na primeira reunião.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas eu estava a referir-me à documentação requerida. É que o PSD e o PCP também requereram documentação, embora não me tivesse parecido que o Sr. Presidente os tivesse referido agora.

O Sr. **Presidente**: — Só se foi lapso, Sr. Deputado. Mas será prontamente corrigido.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não sei se fui só eu que fiquei com esta ideia, mas acho que valeria a pena a documentação requerida também ser citada.

Neste sentido, obviamente, também estamos de acordo com aquilo que o PSD propõe no seu requerimento em termos de documentação. Consideramos, inclusivamente, no que diz respeito aos mapas de conta-corrente, constantes do ponto 3 da proposta do PSD, que, eventualmente, teríamos a ganhar, do ponto de vista do rigor e da completude da documentação apresentada, que fossem considerados não só os mapas de conta-corrente mas também os mapas de tesouraria — é o mesmo método que apresentamos.

Finalmente, quanto às entidades que eventualmente pareçam repetir-se em relação às apresentadas pelo PSD — casos da Microsoft e dos operadores de telecomunicações —, a abordagem que fazemos é ligeiramente diferente.

A questão tal como está proposta pelos Srs. Deputados do PSD é, se não estou em erro, no sentido de um representante de cada uma dessas empresas.

O Sr. **Presidente**: — O PCP pede o presidente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Neste sentido, ficaríamos com a interpretação, que, penso, não é abusiva, de que cada uma dessas empresas ou cada um desses operadores de telecomunicações delegaria a sua representação na pessoa que entendesse adequada.

Não estamos contra este princípio, mas consideramos que seria importante que determinadas pessoas, cujos nomes propomos, fossem ouvidas. Neste sentido, poderia parecer uma repetição, mas não pretende sê-lo.

O Sr. **Presidente**: — Tem toda a razão, Sr. Deputado, em relação à não leitura dos outros dois requerimentos que têm a ver com documentação, mas também não vou fazê-lo agora, pela simples razão de que só li o do Bloco de Esquerda porque tinha acabado de o receber naquele momento e não sabia o que continha. Assim, a parte relativa à documentação fica, como se costuma dizer, para «segundas núpcias».

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — De acordo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, para complementar o que foi dito pelo Sr. Deputado Bruno Dias...

O Sr. **Presidente**: — Se me permite, Sr. Deputado, quero só dizer o seguinte: como é evidente, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados decidirão, como quiserem, a questão das audições. Mas chamo a atenção para um aspecto que pode criar alguns problemas: em alguns dos requerimentos aqui presentes e que vão ser sujeitos a votação, pede-se a audição do presidente, por exemplo, da empresa de uma das operadoras de comunicações em Portugal e, depois, pedem-se as do director executivo, do vogal, do não sei quem e do não sei que mais... Ora, acho que, para o bom funcionamento dos trabalhos da Comissão, devemos decidir, em relação a cada uma destas empresas e outras entidades, a menos que a Comissão prove ser absolutamente essencial a presença de alguém, que deve vir um representante (pode ser o presidente ou não, decidirão como quiserem). Mas isto é uma achega que, como Presidente, estou a dar.

Este princípio, penso, não preclude o interesse que pode ter para os trabalhos da Comissão a audição dos representantes dessas empresas, por exemplo, na Fundação. São coisas diferentes: uma coisa é a audição da empresa e, outra, é ouvir, no âmbito da Fundação, quem representava essas empresas e estava efectivamente dentro dos trabalhos dessa Fundação.

Porque acho que não há tantas divergências assim, peço que, rapidamente, se chegue a um entendimento sobre a lista de audições que devemos fazer. Assim, na sequência da lista que hoje aqui for aprovada, peço aos coordenadores de cada um dos grupos parlamentares para, juntamente com a mesa e depois da reunião, ficarem mais alguns minutos para se acertar a ordem por que se irá fazer as audições que hoje forem determinadas na reunião.

Sr. Deputado Jorge Costa, faça favor de continuar e peço desculpa por o ter interrompido.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, ia exactamente referir isso, dado que há aqui algumas coincidências, por um lado, e omissões, por outro. De facto, no nosso requerimento, propomos a audição dos representantes dos operadores de comunicações Vodafone, TMN e Optimus/Sonaecom, enquanto que o PCP, no seu requerimento, além destes nomes, alargou um pouco o âmbito. Também me parece que, nesta fase, não faz sentido estar a ouvir, de cada um dos operadores, duas ou três pessoas. Eventualmente, no decurso de uma determinada audição, pode verificar-se a necessidade de ouvir mais alguém de determinada empresa — e estou a referir-me às empresas e não à Fundação, pois a Fundação para as Comunicações Móveis é um caso especial, tem um Conselho de Administração e um Conselho Geral e entendemos que devem ser ouvidos estes nomes que aqui colocamos. Mas, relativamente aos outros, de facto, parece-nos que faz algum sentido que, no nosso requerimento, quando se fala em ouvir representantes dos operadores de comunicações Vodafone, TMN ou Sonaecom, seja o Presidente do Conselho de Administração da Vodafone, da TMN ou da Sonaecom. Ou seja, aceitamos esta interpretação. Pensamos é que, nesta fase, deveríamos ficar pelo presidente do conselho de administração de cada uma dessas três empresas, sem estar a alargar o âmbito, até para não termos um grande elenco de pessoas a ouvir.

Por outro lado, há também uma coincidência relativamente à Microsoft. Nós colocámos o Presidente da Microsoft, enquanto que o PCP fala no Director-Geral da Microsoft, o que me parece mais correcto, pelo que aceitaríamos também esta substituição.

Relativamente ao requerimento do CDS-PP, verificam-se também algumas coincidências. A saber: o representante da Vodafone na Fundação já

consta; o Presidente da Sonaecom ficará agora nesta nova versão; e, depois, os fornecedores de computadores e a Acer penso que também estarão contemplados.

Agora, há aqui uma questão de base, que eu gostaria de suscitar neste momento e que é esta: não vamos poder começar a fazer audições sem termos a documentação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Concordo!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — É fundamental que se aprove também hoje a relação da documentação a obter. Só depois de analisarmos a documentação, estaremos em condições de iniciar o processo de audições. Isto independentemente de ficar já aprovado um conjunto de audições e de elencar a respectiva ordem. Mas sempre sem prejuízo da leitura da documentação, pois dessa leitura pode resultar a necessidade de acertar a ordem ou até de ouvir outras pessoas.

Queríamos deixar isto aqui ressalvado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Estamos de acordo com a metodologia proposta pelo Sr. Presidente, parece-nos correcta. Mas, Sr. Presidente, salvo qualquer erro, não tivemos acesso ao requerimento do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Só ao do PCP?!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o primeiro requerimento entregue foi enviado por *e-mail* e, hoje mesmo, à tarde, foram enviados mais dois, também por *e-mail*, os que foram entregues hoje.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, quando saí do Plenário, vim logo para aqui e não pude conferir isso.

Mas há um problema: não posso pronunciar-me sobre a bondade — e, se calhar, até estamos de acordo...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ramos Preto, deixe-me dar-lhe só esta informação: pelos vistos, o segundo requerimento do PCP foi entregue ontem à tarde, dia em que não houve trabalhos parlamentares, e, hoje, no início da tarde, foi despachado e distribuído por *e-mail* aos Srs. Deputados.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Talvez... Sr. Presidente, era só para lhe dar nota disto, de que, tendo estado no Plenário, não tive acesso...

O Sr. **Presidente**: — Mas já pedi para fotocopiarem e para ser distribuído.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Quero dizer ainda o seguinte: estou de acordo com esta proposta de que se ouça um representante por cada uma das entidades, não temos qualquer problema quanto a isto, independentemente de cada um dos partidos poder, posteriormente, requerer a audição de outras entidades.

Quanto à proposta do PSD, de que só devem iniciar-se as audições depois de vir a documentação, não temos qualquer opposição a que se comece já a ouvir as diversas entidades requeridas, dada a circunstância de só termos 90 dias para a realização do inquerito. Mas também não votaremos contra essa proposta do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, sugiro, para trabalharmos de uma forma prática, que interrompamos por 5 minutos, os trabalhos da Comissão, para que os diversos coordenadores possam, por consenso, acertar uma lista para, depois, se submeter a votação, aquela ou outras propostas que queiram manter ou apresentar, como é evidente. Portanto, penso que poderíamos poupar algum tempo se, com as propostas todas em cima da mesa, pudéssemos fazer, por consenso, uma lista das audições, que votaríamos; depois, votaríamos todas as outras que não tivessem obtido consenso e que os respectivos proponentes não prescindissem.

Por outro lado, e pela minha experiência esta questão é importante para o prosseguimento dos trabalhos, penso que não está no espírito de ninguém, com esta reunião, esgotar a lista de audições possíveis nesta Comissão. No entanto, a meu ver, seria bom termos a noção de que posteriores requerimentos a solicitar audições nesta Comissão podem, evidentemente, ser feitos, mas devem ser justificados a título absolutamente excepcional. Porquê? Porque se não for assim, muito dificilmente nós teremos capacidade — não me refiro apenas à mesa mas, sim, a todos nós, como Deputados desta Comissão — para fazer um planeamento correcto dos trabalhos parlamentares por forma a cumprir o prazo de 90 dias, que foi o estipulado pelo Plenário da Assembleia da República.

Com isto, quero dizer que deveríamos assentar numa regra, que não é preciso ficar escrita, fica de boa fé nesta Comissão de Inquérito se todos estiverem de acordo, que é a seguinte: após a decisão que a Comissão hoje tomar em relação às audições que entender fazer a propósito desta matéria, novas audições poderão ser feitas desde que sejam a título absolutamente excepcional e que tenham a ver com o decurso dos trabalhos da Comissão, quando uma das audições levantar aqui uma questão que seja relevante e que seja preciso ouvir alguém.... A Comissão entenderá, mas é a título excepcional que se farão outras audições no decurso dos trabalhos, sob pena de não podermos de facto planear os trabalhos da Comissão e muito dificilmente cumprir os prazos a que estamos vinculados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, pela nossa parte, concordamos com o princípio geral de que não haja sucessivas propostas de grandes conjuntos de nomes a serem ouvidos na Comissão de Inquérito, não se trata disto. Pela nossa parte há a intenção de apresentar aquilo que surgir de facto como necessário no decurso das próprias audições e dos trabalhos da Comissão. Não podemos fazer promessas ou juras de que serão no máximo dos máximos duas ou três pessoas, não vamos estar a dizer que é assim — e não vou fazer agora aqui o debate das razões que nos levaram a propor mais do que uma pessoa por cada operador de telecomunicações. Mas, de acordo com a percepção que temos tido até agora deste processo, existe evidentemente o responsável máximo de cada empresa, como é de lei e como está estatuído em sede de cada empresa, e existe, como também é evidente, quem tenha conduzido mais directamente os processos, e é neste sentido que,

eventualmente, pode confirmar-se aquilo que admitimos nesta altura, que é o interesse para a Comissão em ouvir mais alguém neste aspecto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, percebo essa proposta. Aliás, na sequência daquilo que disse e que, a meu ver, é pertinente, e foi por isto que há pouco solicitei a reunião com os coordenadores dos diversos grupos parlamentares a fazer neste intervalo de 5 minutos, também quero fazer, em termos metodológicos, a seguinte proposta: proponho que, além da lista de consenso que se possa estabelecer entre todos, agora, no intervalo de 5 minutos, o que é fácil de fazer, também fique definido e que seja hoje deliberado a audição de outras entidades que entretanto foram requeridas, mas, digamos, num compasso subsequente. Ou seja, vamos supor que a Comissão decidia ouvir os presidentes das operadoras, o presidente da Fundação, o presidente... Depois há um outro conjunto de propostas que solicita a audição do vogal da Vodafone, da TMN, da Optimus, etc., do director executivo... Relativamente a estes poderia ficar deliberada hoje a sua audição, sendo que ela só se faria efectivamente se, em concreto, no momento, que é o momento subsequente ao da primeira ronda, digamos assim, das audições prioritárias, se julgasse absolutamente essencial para os trabalhos da Comissão. Se assim não for, não conseguiremos fazer uma calendarização dos trabalhos.

A Comissão aceitaria a audição destas entidades, sendo que a sua realização dependeria depois, em concreto, da avaliação que fizéssemos da efectiva necessidade da sua audição. Mas, enfim, é apenas uma sugestão, que avaliarão melhor e como quiserem.

Se não houver objecções, proponho que interrompamos agora os trabalhos por 5 minutos para que os Srs. Deputados, a partir dos nomes apresentados, possam acertar uma lista de personalidades a serem ouvidas, a

qual, após a retoma dos trabalhos, será votada, passando-se depois aos outros pontos da ordem de trabalhos.

Está interrompida a reunião.

Eram 18 horas e 22 minutos.

Srs. Deputados, declaro reaberta a reunião.

Eram 18 horas e 34 minutos.

Por consenso, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa para dar conta da lista de personalidades a serem ouvidas nesta Comissão.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, de facto consensualizamos uma lista que totaliza 36 audições nesta fase, sem prejuízo de, no decorrer dos trabalhos, quer das audições propriamente ditas quer da análise da documentação que for chegando, haver mais audições, se se chegar à conclusão de que são necessárias, ou de, eventualmente, podermos dispensar algumas.

No entanto, é bom que fique claro que esta lista não é fechada, é a lista que neste momento está consensualizada, mas sem prejuízo de poderem existir mais audições.

A lista começa por basear-se no requerimento apresentado pelo PSD, que tem 19 audições, com as seguintes alterações: onde se lê «Presidente da Microsoft», deve ler-se «Director-Geral da Microsoft Portugal»; onde se lê «representante do operador Vodafone», deve ler-se «Presidente da Vodafone Portugal, António Carrapatoso»; onde se lê «Representante do operador

TMN», deve ler-se «Presidente do operador TMN, Zeinal Bava»; e onde se lê «Representante do operador de Comunicações Sonaecom», deve ler-se «Presidente da Sonaecom, Ângelo Paupério». Temos as primeiras 19 audições.

O PSD apresentou um requerimento adicional de mais quatro audições, destas fica apenas o representante da Caixa Mágica e o Director-Geral da Toshiba.

Já temos 21 audição.

Do requerimento do PCP ficam as sete primeiras, ou seja, o ex-Coordenador do Plano Tecnológico Carlos Zorrinho, o ex-Chefe de Gabinete e Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico Rui Grilo, o ex-Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues, o ex-Secretário de Estado Adjunto e da Educação Jorge Pedreira, o ex-Responsável pelo Plano Tecnológico para a Educação João Trocado da Mata, o ex-Gestor da Equipa de Missão Computadores, Redes e Internet na Escola João José Correia de Freitas e o Chefe de Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas José Victor Pedroso.

Portanto, ficam estas sete primeiras e depois as quatro penúltimas audições, ou seja, o Presidente da Prológica, o Director-Geral da Cisco e dois ex-Directores-Gerais da Microsoft Portugal.

Portanto, já tínhamos 21 audições e agora, com mais 7 de um lado e 4 do outro, temos 32 audições.

Do requerimento apresentado pelo CDS-PP fica o Professor Eduardo Cardadeiro da Administração da ANACOM e o Representante da empresa Acer.

Do requerimento do Bloco de Esquerda ficam os dois representantes do Grupo de Trabalho UMTS, o actual e o anterior.

Com isto, temos as 36 audições.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, podemos passar à votação?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, eu estava a fazer um esforço para não intervir até para ajudar ao bom funcionamento da Comissão, mas gostava que ficasse claro a urgência da documentação, pois ela pode dar origem a mais audições.

Portanto, gostaria que ficasse bem claro que, em qualquer momento, no decorrer das audições que vamos realizar, podemos vir a chamar mais pessoas ou, como dizia o Sr. Deputado Jorge Costa, podemos também retirar, por consenso, algumas delas da lista.

Era esta a declaração de interesse que queria fazer, para que, depois, no decorrer dos trabalhos, não se estranhe qualquer outra posição.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado, e daqui a pouco analisaremos os requerimentos que solicitam a documentação, porque também temos de deliberar sobre esta matéria, uma vez que não é o Presidente que, sozinho, pode fazer esta deliberação.

Srs. Deputados, se estiverem de acordo vamos votar o conjunto de audições, tal como foi enunciado pelo Sr. Deputado Jorge Costa, e que resultou, ao que sei, do consenso estabelecido entre os Srs. Deputados da Comissão de Inquérito.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos agora aos três requerimentos, apresentados, respectivamente, pelo PSD, pelo PCP e pelo BE, a solicitarem documentação.

Srs. Deputados, preciso de ler os requerimentos ou estou dispensado de o fazer, tendo em conta que os mesmos já foram distribuídos?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é preciso ler, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então podemos passar à votação?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, há pouco quando chamei a atenção para esta questão da documentação, mencionei um aspecto que gostaria agora de colocar em concreto, se o PSD concordar com esta nossa sugestão.

Sugerimos que, no ponto 3 da proposta do PSD, à expressão «mapas de contas-correntes» seja acrescentado «mapas de tesouraria». Nada temos a opor quanto ao resto da proposta apresentada pelo PSD.

O Sr. **Presidente**: — E assim fica a coincidir com o requerimento do Sr. Deputado Bruno Dias nessa parte.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se me dá licença, Sr. Presidente, em relação a isso esclareço: a proposta do PSD, se o nosso entendimento não falhou, tem a ver com os movimentos financeiros entre a Fundação ou o Fundo que lhe antecedeu e todos os operadores de comunicações no âmbito dos contratos e memorandos de entendimento.

A proposta do PCP é praticamente no mesmo sentido, em termos de documentação, de tipologia de documentos, mas é direccionada não para as relações financeiras entre a Fundação e os operadores mas, sim, para as relações entre os operadores e os particulares e os fornecedores de equipamentos de informático, tendo em conta que o Governo e a própria Fundação foram dizendo que houve uma parte essencial deste processo que não passou pela Fundação mas, sim, directamente entre os operadores de telecomunicações e os fornecedores de equipamentos de informático, computadores, etc. Neste sentido, a ser verdade esta lógica e como é possível, depois, não aparecer toda a informação relativa à relação entre a Fundação e os operadores, acrescentamos esta outra vertente que diz respeito à relação entre os operadores de telecomunicações e os fabricantes de computadores ou, melhor dizendo, os seus representantes em Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que nada temos a opor à proposta apresentada pelo PCP, pois vem complementar aquilo que tínhamos proposto no ponto 3 do nosso requerimento, assim como também nada temos a opor ao requerimento apresentado pelo Bloco de

Esquerda relativamente à solicitação dos relatórios de acompanhamento realizados pelo Grupo de Trabalho UMTS desde a sua criação, em 2001.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Podemos agora proceder à votação de todos estes requerimentos em conjunto?

Pausa.

Visto não haver objecção, vamos votá-los.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Portanto, a partir deste momento, o Presidente da Comissão está incumbido de fazer a solicitação, em nome da Comissão, destes documentos e de os ir disponibilizando, à medida que forem chegando à Comissão, aos Srs. Deputados, sendo que, não tendo avaliado cada uma destas questões, se algum exigir especial confidencialidade faz-se como se tem feito sempre: ficam à guarda do serviço de apoio a esta Comissão com as condições especiais de consulta que já vigoraram noutras comissões de inquéritos, mas, evidentemente, acessíveis aos Srs. Deputados. Portanto, não há qualquer dúvida sobre isto. Isto no caso de haver, e não me está a ocorrer que alguém tenha essa especial sensibilidade... Mas, se houver, terá de se proceder assim.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa. Sobre a documentação não sei se não será de se fixar um prazo ou sugerir um prazo...

O Sr. **Presidente**: — Claro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — ... às entidades para que a documentação esteja cá...

O Sr. **Presidente**: — Claro que sim.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim. Mas sobre essa matéria, o prazo é aquele que está fixado na lei das comissões de inquérito.

Portanto, quando se notifica cada uma das entidades para fazer chegar à Comissão os documentos que agora foram solicitados, chama-se a atenção para as disposições legais que fixam o prazo e culminam as eventuais sanções para o caso de não cumprimento.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Excepto se houver justo impedimento...

O Sr. **Presidente**: — Claro. Aliás, terá de ser alegado e apreciado e pode haver recurso, como houve noutras comissões de inquérito, com o resultado que sabemos.

Risos.

Mas amanhã mesmo faremos esta comunicação nos termos da

deliberação da Comissão de Inquérito a que agora procedemos.

Concluído o ponto 4 da ordem de trabalhos, passamos ao ponto 5, que diz respeito à calendarização dos trabalhos da Comissão. Por cautela, introduzi este ponto na ordem de trabalhos, mas, como alguns dos Srs. Deputados tiveram oportunidade de dizer há pouco, nesta fase, pode ser muito difícil fazer a calendarização dos trabalhos, uma vez que, e alguns dos Srs. Deputados assim o entendem, não estamos em condições de prosseguir em ritmo acelerado sem antes termos recebido os documentos agora solicitados.

No entanto, e agora vou falar de cor, penso que o prazo fixado na lei para a entrega dos documentos é de 10 dias. Amanhã mesmo os serviços enviarão os ofícios para as entidades, mas isto significa que os trabalhos da Comissão irão ficar parados entre 12 a 15 dias. Não sei se é muito razoável e também não sei se, de todas aquelas audições que aprovámos, haverá alguma que se possa fazer no entretanto. Deixo, evidentemente, isto à consideração dos Srs. Deputados. Percebo que seja difícil fazer audições sem a documentação de suporte, mas os senhores avaliarão.

De qualquer forma, também não quero perder muito tempo com esta questão da calendarização dos trabalhos da Comissão, pois iremos abordá-la na reunião com os coordenadores dos grupos parlamentares que faremos já a seguir.

O sexto e último ponto da ordem de trabalhos tem a ver com a designação do relator ou a constituição de um grupo de trabalho, o que, de acordo com a lei, terá de ser feito numa das cinco primeiras reuniões da Comissão. Não sei se já tiveram oportunidade de reflectir sobre este ponto, se têm alguma proposta a fazer relativamente a esta matéria ou se a adiamos, sendo certo que, por lei, temos de designar o relator até à 5.^a reunião da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD tem um candidato para a função do relator, mas ainda precisamos de mais alguns dias para reflectir sobre a matéria.

Assim, solicito o adiamento deste ponto para a próxima reunião, onde apresentaremos o nosso candidato a relator.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, não vou dizer que o PS tem um candidato a relator, porque todos os grupos parlamentares têm candidatos a relator, mas estamos de acordo com o adiamento da decisão.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Srs. Deputados.

Não há qualquer crise em adiarmos até à 5.^a reunião, depois há um momento a partir do qual não se pode adiar mais, sob pena de estarmos a infringir a lei do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares.

Srs. Deputados, se me permitem — não sei se estou a ultrapassar o risco como Presidente da Comissão —, mas já vi algumas discussões, não muito fantásticas, em torno destas questões, e se for possível, gostaria que os coordenadores dos grupos parlamentares chegassem a um acordo sobre este ponto, para não estarmos aqui, em plena reunião, numa discussão eterna. Se não se conseguir o consenso faz-se como em democracia se faz: colocam-se na mesa todas as propostas e vota-se.

Se todos estiverem de acordo, fazemos o adiamento deste ponto, que é o último da nossa ordem de trabalhos de hoje, mas temos de o resolver até à 5.^a

reunião, e lembro os Srs. Deputados de que vamos na 2.^a reunião da Comissão.

Dão-me nota — e bem — de um pormenor que me escapou, confesso, e que tem a ver com o facto de geralmente os Srs. Deputados serem assessorados aqui, na Comissão, por alguém do respectivo grupo parlamentar. Ora, tem sido prática — e hoje não o fizemos — também ajuramentar esses mesmos assessores. Porquê? Porque, se houver matéria que esteja sujeita a regime especial previsto na lei, designadamente segredo de justiça ou outro, e que careça de ser consultada por esses assessores, eles devem ter exactamente o mesmo regime que todos os outros funcionários.

Até agora, não há qualquer problema, mas, neste sentido, peço aos coordenadores dos respectivos grupos parlamentares para fazerem chegar à mesa o nome dos funcionários dos grupos parlamentares que forem prestar assessoria na Comissão, para que se proceda à sua ajuramentação, tal como sucedeu com os funcionários da Assembleia da República.

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, dou por concluída a reunião desta Comissão.

Eram 18 horas e 49 minutos.